ESCOLA "SEM" PARTIDO

Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira

Gaudêncio Frigotto (Org.)

LABORATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (LPP/UERJ)
Coordenador: *Emir Sader*
Comitê Gestor: *André Lázaro*, *Gaudêncio Frigotto* e *Zacarias Gama*
Coordenadores Técnicos de Projetos Institucionais: *Carmen da Matta* e *Felipe Campanuci*
Bolsista Técnica Proatec/SR-2: *Carla Navarro*
Bolsistas de Extensão: *Carolina Costa, Pedro Gesteira* e *Viviane Marques*
Pesquisadores Assistentes: *Carolina Castro* e *Luciano Cerqueira*

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/NPROTEC

E74 Escola "sem" partido : esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira / organizador Gaudêncio Frigotto. Rio de Janeiro : UERJ, LPP, 2017.
144 p.

ISBN 978-85-92826-07-9
E-ISBN 978-85-92826-06-2

1. Política e educação - Brasil. 2. Educação e Estado - Brasil. I. Frigotto, Gaudêncio, 1947-

CDU 37.014

2ª reimpressão, 2018.

Editora Executiva e Preparação de Originais: *Carmen da Matta*
Projeto Gráfico e Diagramação: *Pedro Biz*
Assistentes de Edição: *Carolina Costa* e *Viviane Marques*

Laboratório de Políticas Públicas (LPP-UERJ)
Rua São Francisco Xavier, 524/12.111-Bloco-F/sala 08
Maracanã - CEP 20550-013 – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: 55 21 2234-0969/E-mail: uerj.lpp@gmail.com
<http://www.lpp.uerj.br/>

A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação

Gaudêncio Frigotto*

Mas não há indício mais certo da ruína irreparável de toda a experiência ética que a confusão entre categorias ético-religiosas e conceitos jurídicos, que chegou hoje ao paroxismo.

Giorgio Agamben

A "esfinge", da mitologia grega, o "ovo da serpente", do filme com o mesmo título de Ingmar Bergman, e as crônicas "O Alarme" e "Ódio",[1] de Luis Fernando Verissimo, podem ser evocados como interpelação para entender aquilo que está subjacente ao ideário do Escola sem Partido[2] e seu sentido de ameaça à vivência social e à liquidação da escola pública como espaço de formação humana, firmado nos valores da liberdade, de convívio democrático e de direito e respeito à diversidade.

Com efeito, de um lado, na mitologia grega, a esfinge tinha o corpo composto por parte leão e outra parte mulher; ficava na porta da cidade de Tebas e devorava todos que passassem e que não soubessem responder ao enigma: *que criatura pela manhã tem quatro pés, ao meio-dia tem dois e à tarde tem três*? Consta da lenda que a esfinge devorou todos que passaram, pois ninguém havia decifrado o enigma. Somente Édipo não se intimidou e a enfrentou dando a resposta certa, derrotando-a, livrando os viajantes daquele terror.

A figura do ovo da serpente de Bergman, por outro lado, sinaliza o risco que vivemos hoje no Brasil, com indícios claros do clima de desagregação social, de produção do ódio às diferenças e de preparação de uma atmosfera de perseguição que, no caso da Alemanha e da Itália, colimou na monstruosidade do nazismo e do fascismo.

* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPFH/UERJ).

[1] Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/cronicas>. Acesso em: 13/12/2016.

[2] A expressão "escola sem partido" mostra toda a esperteza e cinismo de seus formuladores. Na verdade, como veremos, esconde seu contrário na manipulação semântica dos conceitos.

Chegando mais diretamente a nossa realidade, a crônica “O Alarme”, de Luis Fernando Verissimo, traz a advertência do preço pago pelos judeus integrados à cidadania alemã, por não terem percebido os sinais que culminaram no horror do Holocausto nos campos de extermínio. Com argúcia e sensibilidade de quem está atento a nossa formação histórica, de sociedade marcada pelo estigma escravocrata e colonizador, de uma classe dominante que incorporou esse estigma em seu DNA e se expressa pelo autoritarismo político e pela violência de ditaduras e golpes institucionais, a questão que Verissimo nos apresenta e que deve nos perturbar é se nós estamos percebendo o sentido e a gravidade dos sinais de desagregação, de intolerância e de ódio que estão germinando em nossa sociedade.

Neste breve texto, buscarei, de maneira indicativa, explicitar a forma regressiva que assumem as relações sociais classistas no sistema capitalista atual e sua particularidade na realidade como o terreno mais profundo onde se gestam, se articulam e se potenciam os pilares das ditaduras e os reiterados golpes institucionais da classe dominante brasileira e as teses do Escola sem Partido.

Articulado a este primeiro aspecto, procurarei mostrar como essas teses se disseminam no processo de um renovado culto ao mercado e correlato ataque à esfera pública e aos trabalhadores do setor público, em especial, os da educação e da saúde.

A título de síntese final, buscarei destacar o sentido ideológico e político do Escola sem Partido. Um sentido autoritário que se afirma na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, em particular o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Mas também, o ódio aos movimentos de mulheres, de negros e de lésbicas, *gays*, bissexuais, travestis e transgêneros.

CRISE DO SISTEMA CAPITALISTA, ANULAÇÃO DA POLÍTICA E ESTADO POLICIAL

As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais.

Sendo o capitalismo uma sociedade de classe e frações de classe, na ganância pelo lucro, estabelece-se uma luta entre e intranações e a história

nos mostra que tem se resolvido por guerras, revoluções e golpes. Por outra parte, trata-se de uma sociedade que tem em sua estrutura a crise como o seu motor. Uma crise cada vez mais profunda e que o seu enfrentamento se efetiva por destruição de meios de produção e de forças produtivas, em particular eliminando direitos da classe trabalhadora.

Crise que no presente se manifesta, por um lado, pela capacidade exponencial de produzir mercadorias, concentração de riqueza, de conhecimento e de poder e sua incapacidade de distribuir e de socializar a produção para o atendimento das necessidades humanas básicas; e, por outro, pelo domínio do capital financeiro especulativo que nada produz, mas que assalta, mediante a dívida pública dos Estados nacionais, os recursos que seriam destinados a assegurar direitos sociais elementares, tais como os da saúde, da educação, de saneamento básico, habitação, transporte, cultura etc.. No Brasil, em 2016, de forma criminosa, empenham-se compulsoriamente mais de 45% do orçamento anual nacional em pagamento do juro e amortização de uma dívida que cresce geometricamente. Como mostra o filósofo István Mészáros (2002), diferente das crises precedentes, a atual é universal, no sentido que atinge todas as esferas da vida; é global, no sentido que um problema num determinado ponto do mundo tem reflexos gerais; não é mais cíclica, mas contínua e cada vez mais aguda e destrutiva de direitos e da natureza.

Para a manutenção deste sistema cada vez mais irracional, produziu-se paulatinamente a anulação do poder político dos Estados nacionais, transferindo o verdadeiro governo do mundo para os grandes grupos econômicos, hegemonizados pelo capital financeiro, e para os organismos internacionais que o os representam, mormente a Organização Mundial do Comércio e o Banco Mundial. Estrutura-se, então, um poder sem sociedade ou, como analistas têm caracterizado, um Estado de exceção permanente.[3] Estado que no interior das nações é comandado pelos bancos centrais e ministérios de economia, os quais definem as medidas que garantem o lucro, em especial do capital financeiro. Um poder que se afirma no plano cultural e jurídico respaldado pela força de um Estado cada vez mais policial.

No plano cultural, instaura-se uma profunda dominação com hegemonia do poder do império norte-americano. As grandes redes privadas de televisão e de informação, monopólios de poucos grupos, imputam os valores de consumo das economias centrais e do seu estilo de vida. Uma cultura mediada pelo dinheiro, pela pedagogia do medo e da violência, que é exposta *online*

[3] Para aprofundar o tema Estado de exceção, ver: Agamben (2004) e Oliveira e Paoli (1999).

em tempo real. Mas, sobretudo, uma mídia que manipula a opinião pública com a produção sistemática das versões da realidade, versões que interessam a quem essa mídia representa e da qual é parte: o capital.

No âmbito jurídico institui-se o Estado policial. A lei antiterrorismo, que vem do império norte-americano, espraia-se pelo mundo apoiada no discurso ideológico da defesa dos direitos humanos, mas que, de fato, é a que mais agride no mundo estes mesmos direitos. Não por acaso, como veremos abaixo, a lei antiterrorismo chegou ao Brasil junto à maturação do processo que deflagrou o atual golpe de Estado de 31/8/2016. Lei paradoxalmente sancionada em 17/3/2016, sob o nº 13.260, pela presidenta que foi deposta.

O Brasil, no contexto do capitalismo mundial, estruturou-se sob o signo colonizador e escravocrata e, como tal, produziu uma das sociedades mais desiguais e violentas do mundo. Das burguesias clássicas que lutaram para constituir nações autônomas e independentes e que, mesmo cindidas em classes, estruturaram sociedades com acesso aos direitos sociais básicos, diferentemente dessas, a burguesia brasileira sempre foi antinação, antipovo, antidireito universal à escola pública. Uma burguesia sempre associada de forma subordinada aos centros hegemônicos do capital.

A desigualdade econômica, social, educacional e cultural que se explicita em pleno século XXI resulta de um processo de ditaduras e golpes da classe dominante com objetivo de manter seus privilégios. Ao longo do século XX convivemos, por mais de um terço do mesmo, com ditaduras e submetidos a seguidos golpes institucionais como mecanismos de impedir avanços das lutas populares e da classe trabalhadora na busca dos direitos elementares do acesso à terra, comida, habitação, saúde, educação e cultura.

A miséria econômica de milhões de famílias, em especial as que vivem nas periferias urbanas em favelas e nas regiões rurais abandonadas ao seu destino, condena também à miséria educacional e cultural e as deixa reféns da manipulação da mídia e de um crescente mercado de seitas religiosas que usam "deus" como mercadoria.

O atual golpe instaurado no Brasil reitera, com novas sutilezas, as estratégias do passado da classe dominante brasileira para interromper duas conquistas, ainda que parciais, dos movimentos sociais, sindicatos, instituições científicas e culturais historicamente empenhadas na luta por uma sociedade mais justa: a Constituição de 1988 e a eleição, em 2002, do ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva.

Com efeito, os embates e as lutas no processo constituinte colimaram uma Constituição em 1998 que, nos marcos da lei, ampliou os direitos sociais

e subjetivos de forma significativa. Entre esses avanços, destacam-se: o direito universal à educação básica, incluindo os ensinos fundamental e médio; o reconhecimento de cidadania aos povos originários com a diversidade de sua cultura, suas línguas e suas crenças; a ampliação dos direitos aos portadores de necessidades especiais etc..

Num contexto de avanço da organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, criavam-se condições de eleger o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República, o que sinalizava a possibilidade de consolidação das conquistas constitucionais. Para isso, a estratégia da classe dominante brasileira foi buscar, no ninho das oligarquias mais violentas, Fernando Collor de Mello, vinculado ao monopólio midiático da Rede Globo.

A grande mídia monopolizada reeditava, com pequenas nuances, o discurso moralista que justificou o golpe civil militar de 1964, sob o signo de "Deus, Pátria e Família", contra o perigo do comunismo. Então, a mídia, máquina de moer cérebros, conseguiu transformar a vida do *playboy* Collor de Mello em exemplo de moral familiar; e, Lula da Silva, por ter uma filha antes do casamento, em mau exemplo e em obstinado líder que iria destruir a família, implantar o comunismo, abolir a propriedade privada e perseguir a religião.

Mas o eleito não durou muito. Diante da sua incapacidade de dar continuidade ao projeto para o qual fora conduzido, pelo braço mediático e financeiro da burguesia local e dos interesses especialmente do imperialismo norte-americano, e da forte oposição dos movimentos sociais e sindicatos vinculados à luta da classe trabalhadora, Collor foi deposto por um processo de *impeachment* que foi pautado pelo viés moralista da corrupção, mas sem combatê-la nas suas raízes efetivas.

O golpe mais profundo e sutil, que anulou na prática os avanços da Constituição com medidas que a modificaram ou pela estratégia de protelar sem fim a sua regulamentação, foram os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso com sua total submissão às políticas neoliberais comandadas pelos centros hegemônicos do capital. Oito anos de venda do país, mediante privatizações e desmontes da educação e da saúde pública. Um governo alinhado e subserviente ao imperialismo norte-americano e de costas para a América Latina.

Depois de três derrotas consecutivas, as bases sociais que lutam, desde a Independência do Brasil por reformas estruturais (agrária, tributária, jurídica e política), elegeram presidente o ex-operário Luiz Inácio Lula da Silva. A expectativa era que o Governo Lula da Silva, apoiado por estas bases, processasse as reformas estruturais barradas pelas ditaduras e golpes institucionais

e efetivasse o que Francisco de Oliveira definia "como a possibilidade de, pela quarta vez, tentar refundar a Nação, agora com um marco de não retorno". (2003, p.3) Uma das condições era a de enfrentar a histórica dominação. Nos termos do sociólogo e eminente constituinte Florestan Fernandes, tratava-se de não cometer o erro de sua geração que entendia que, para se libertar do imperialismo e buscar fundar uma nação e alargar a democracia, implicava alianças com a burguesia local:

> Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. *Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida.* (Fernandes, 1980, p.245-246) [grifos meus]

Inúmeras análises convergem para o que o sociólogo André Singer (2012), porta-voz, por quatro anos, do Governo Lula da Silva, definiu como *lulismo*. Ao contrário do que a grande mídia empresarial e as agências de risco, sentinelas do grande capital, vociferavam diuturnamente, que a eleição de Lula seria um desastre econômico e um risco iminente a se implantar o comunismo, nenhuma reforma estrutural foi efetivada. As reformas de base, necessidades fundamentais para superar a desigualdade abismal que condena a grande maioria do povo brasileiro a uma vida precária, foram postergadas. Nos oito anos do Governo Lula da Silva, e nos quatro anos de sua sucessora Dilma Rousseff, os grandes empresários e o capital financeiro não foram confrontados, pelo contrário, continuaram ganhando até mais do que no Governo Fernando Henrique Cardoso, especialmente no período de forte expansão da economia brasileira.

O que então se tornou insuportável à classe dominante brasileira associada ao grande capital mundial e ao imperialismo norte-americano, sob a bandeira do moralismo, uma vez mais da corrupção e dos riscos do socialismo? A ponto de materializar mais um golpe que se articula, agora, nos campos jurídico, policial, midiático e parlamentar? Por certo, não foi mera coincidência o fato de que mais de 90% dos parlamentares que votaram pela abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em vez de justificarem a razão de seu voto, invocassem Deus, a família e a pátria.

A ampliação da crise econômica mundial e seus reflexos internos tornaram insuportáveis à classe dominante local pequenas, mas significativas, conquistas dos movimentos sociais, sindicatos e partidos vinculados às lutas

dos trabalhadores por seus direitos. Com a crise econômica, externa e interna, o que a classe dominante não admitiu foi abrir mão do lucro e dos privilégios.

Insuportável tornou-se, então: o aumento real do salário mínimo pelo qual se efetivou distribuição de renda; a criação de quase duas dezenas de universidades públicas e centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; que negros, quilombolas, índios e pobres tenham políticas públicas que lhes permitam ter acesso ao ensino básico e, uma significativa parcela, à universidade; que haja políticas públicas para a educação do campo e cotas para negros, indígenas e grupos de baixa renda; que se mantenha e amplie o Bolsa Família, que garante os filhos na escola pública e o complemento da parca comida de cada dia a 14 milhões de famílias etc..

Insuportável também se tornou para as classes dominantes a ampla liberdade de organização de movimentos sociais e culturais que lutam por seus direitos negados sem o estigma da criminalização; que as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e do lucro, querem que aprendam, mas também as eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país.

Mas também imperdoável à classe dominante brasileira, sempre caudatária e associada aos centros hegemônicos do grande capital, são os significativos passos que foram dados nas relações internacionais, reforçando o continente latino-americano, participando no conjunto de países que constituem o BRICS e a correlata diminuição da submissão ao império norte-americano, este sempre implicado, direta ou mais veladamente, nos golpes de Estado em toda a América Latina.

Estas são algumas das razões que estão subjacentes ao golpe que se materializou juridicamente em 31/8/2016. Um golpe mais profundo e letal do que o golpe empresarial militar que se prolongou com uma ditadura de 21 anos porque, agora, a classe dominante brasileira organizou-se como tal no coração do Estado e na sociedade civil.

Com efeito, o golpe tem sua gênese e sustentação nas confederações e institutos privados que representam os grupos detentores do capital local e mundial; na grande mídia monopolista empresarial, parte e braço político e ideológico destes grupos; em setores e figuras do Poder Judiciário, inclusive na mais alta Corte, uma cínica expressão do torto direito e da justiça; em setores do Ministério Público e da Polícia Federal; em parte nas diferentes denominações religiosas, especialmente aquelas que tornaram "deus" uma mercadoria abstrata, explorando monetariamente a fé simples de fiéis; em universidades onde, como temia Milton Santos, estão se formando, especialmente nos cursos

de mais prestígio econômico e social, deficientes cívicos. No campo da educação, o núcleo empresarial golpista e seus intelectuais aninham-se sob a aparência cívica do “Todos pela Educação” e do “Escola sem Partido”.[4]

A manutenção de um sistema social, cada vez mais desigual e excludente, no plano mundial, em nome de salvaguardar o lucro de minorias, só pode sustentar-se pela manipulação ideológica das massas pelo monopólio da mídia empresarial e pela pedagogia do medo e da violência. Mas isto não dispensa a força bruta do aparelho militar e policial do Estado, amparado por um aparato jurídico que criminaliza a pobreza e os movimentos sociais. A lei antiterrorismo, produzida no coração do imperialismo e fortemente requerida pela classe dominante brasileira, chega até nós como uma espada a qualquer resistência organizada ao projeto unilateral do capital defendido pelo golpe.

A sutileza do golpe ganha o nome de Operação Lava Jato e tem, no moralismo da corrupção, seu foco e, no ardil da delação premiada de corruptores e corruptos pelo “arrependimento”, o manto que encobre seus verdadeiros fins. Um procedimento analisado em profundidade por Agamben, em relação ao ciclo vicioso de produção de “verdades” na Operação Mãos Limpas, na Itália.

Nada mais explícito à cópia do caso italiano, a Operação Lava Jato se firma numa categoria religiosa do arrependimento para delatar companheiros que são presos e condenados por construção de fatos seletivos e massificados pela grande mídia, que condena sem o devido rito jurídico:

> Toda a questão, portanto, se envolveu imediatamente num círculo vicioso, no qual os atos exteriores deviam atestar a autenticidade do arrependimento e a contrição interior, garantir a genuinidade das obras, segundo a mesma lógica para a qual, nos processos atuais, denunciar os companheiros é garantia de veracidade do arrependimento e o arrependimento íntimo sanciona a autenticidade da denúncia. (Agamben, 2004, p.116)

O caráter grave e perverso deste procedimento de condenar adversários ou desafetos, mediante o mecanismo de arrancar o arrependimento, é o que indica Agamben sobre o a delegação de soberania que assume a polícia, “que não é obrigada a respeitar nenhuma regra jurídica” em várias partes do mundo,

[4] Um indicativo de que a classe burguesa brasileira está organizada em seu pluralismo se expressa pelo trabalho de seus intelectuais orgânicos na disputa hegemônica. O viés moralista da operação jurídico-policial Lava Jato, as denominações “Escola sem Partido” e “Todos pela Educação” são construções de linguagem elaboradas e que têm grande apelo no senso comum, especialmente da classe média, mas não apenas dela.

a partir da Guerra do Golfo. A investidura de soberania à polícia, sublinha Agamben, "torna necessária a criminalização do adversário" (id., p.100-101) para, se for o caso, liquidá-lo física ou moralmente.[5]

Este processo profundamente regressivo indica que a sustentação dos lucros dos grandes grupos econômicos mundiais e seus sócios locais só pode ser mantida mediante a doutrina do ajuste e da austeridade que se traduz pela ampliação da exploração do trabalhador, corte de direitos, difamação e desmanche do que é público e de políticas universais. Doutrina que, para manutenção de sua agressividade, desliza para a criminalização daqueles que se opõem e na anulação do Estado de direito e na montagem de um Estado policial.

Este é o solo estrutural do qual emana a ideologia do golpe que acaba de ser dado à democracia e a do Escola sem Partido. As forças e intelectuais que as promovem são a expressão política e ideológica do contexto atual, que assumem as relações sociais capitalistas no Brasil. Com efeito, a composição dominante do parlamento que, de forma arrogante, cínica e raivosa, legalizou o golpe e reza a cartilha do fundamentalismo religioso e do mercado.

Paradoxalmente, são essas forças que produzem as leis que não obedecem ao que é justo, mas ao interesse da classe detentora do capital (terras, bancos, indústrias, ações, prédios) e ao interesse dos grupos que têm poder de pressão para definir os seus salários. O circuito se fecha com um judiciário partidarizado e que se pauta pela filigrana tortuosa e gelatinosa das leis e não pela análise criteriosa do que é justo. Um judiciário, por consequência, predominantemente defensor dos interesses da classe dominante da qual a sua maioria é parte.

RETORNO DO FUNDAMENTALISMO MERCANTIL E O DESMANCHE DA ESCOLA PÚBLICA E DA FUNÇÃO DOCENTE

A ideologia fundamental da sociedade capitalista, elevada à "ciência econômica e jurídica", sustentava que todos nascemos dotados da mesma natureza que tende ao bom, ao útil e ao agradável e que, portanto, a melhor forma de os seres humanos se relacionarem é definida pelo e no mercado. Este, assim como a providência divina, como uma mão invisível conduziria a um permanente equilíbrio social. Daí advém a tese de que o Estado é o órgão

[5] O ensaio "O caráter da Repressão", de Antonio Candido, publicado no *Jornal Opinião*, em 1972, e recuperado e divulgado pelo Portal Outras Palavras, em 8/9/2016, reforça essa função da instituição policial. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/o-carater-da-repressao-segundo-antonio--candido/>. Acesso em: 10/11/2016.

que zela pelo bem comum – leia-se bom funcionamento do mercado – e não deveria promover políticas públicas e nem regular o mercado.

Uma crença que mascara a própria gênese histórica do sistema capitalista que, ao derrubar a sociedade de classes do mundo feudal, afirmava-se como uma nova forma de sociedade de classes com as garantias formais, mas não reais, de igualdade e liberdade. Esta não igualdade real entre as classes e grupos sociais (detentores privados da propriedade, de um lado, e, de outro, trabalhadores que vendem sua força de trabalho) se materializou ao longo da história por permanente conflito em forma de guerras entre nações e internamente por revoltas e revoluções: uma situação que obrigou os intelectuais defensores do sistema capitalista a reverem a crença cega dos mecanismos do mercado na regulação das relações econômicas e sociais.

Tal revisão iniciou os seguintes eventos: a I Guerra Mundial, a Revolução Socialista na Rússia, em 1917, e a crise econômica do sistema capitalista no final da década de 1920. Todavia, a regulação do mercado e a promoção de políticas públicas somente se consolidaram após a sangrenta II Guerra Mundial e a criação da União Soviética. Nas poucas nações onde se deu, sob o nome de Estado de bem-estar social, a regulação efetiva do mercado, as conquistas de direitos sociais da classe trabalhadora foram significativas.

Na América Latina, e demais nações da periferia dos centros hegemônicos do capital, o que prevaleceu foi, como assinalava Eduardo Galeano, o "Estado de mal-estar social". Esses países tornaram-se preocupação dos políticos, intelectuais, organizações e guardiões do sistema capitalista pelo medo que aderissem à revolução socialista. No caso da América Latina e Caribe, a revolução socialista de Cuba, em 1959, acendeu o sinal vermelho para esses guardiões. Intelectuais orgânicos e instituições defensoras do sistema capitalista passaram a buscar fórmulas de alívio à pobreza como estratégias de conter o risco da expansão socialista.

Na análise dos ideólogos e pesquisadores burgueses, como é recorrente partir do pressuposto de que as relações sociais da sociedade capitalista são de tipo natural e, portanto, inquestionáveis, sempre se fixam em enfrentar os efeitos produzidos por estas relações e não elas próprias como relações de poder e de forças produtoras da desigualdade.

O economista Theodor Schultz (1962), do Centro de Estudos Avançados das Ciências do Comportamento, no início da década de 1960, desenvolveu estudos sobre os efeitos do investimento que pessoas faziam em si mesmas em educação e saúde. Partindo destas observações empíricas, conclui-se que o investimento decorrente da instrução escolar em habilidades e conhecimen-

tos constitui um *capital humano* e, portanto, um investimento com retornos equivalentes a outros bens de produção. (Schultz, 1973)

Estava dada a chave ou "a galinha dos ovos de ouro" para países e indivíduos pobres poderem sair da pobreza e, com isto, evitar o risco da expansão do socialismo. Por certo, uma boa qualificação e formação cultural é fundamental para todas as dimensões da vida. O que Schultz e seus adeptos não se perguntaram é o que gera de fato a pobreza. A questão que não se coloca, por condição de classe, é: os países e os indivíduos pobres assim o são por que investem pouco em educação ou investem pouco por que resultam de relações sociais que os produziram pobres e, portanto, não têm como investir?

Não importa que a desigualdade e a pobreza tenham crescido sistematicamente em todo mundo nos últimos cem anos, como demonstra o economista liberal Thomas Piketty, em seu livro *O capital do século XXI* (2014), e nem a derrocada ou o colapso do socialismo real. As teses do capital humano prosperam até hoje nas universidades, nas revistas especializadas e na grande mídia – a porta-voz diuturna dos valores mercantis.

Relevante é registrar que a construção ideológica da noção de capital humano, ao mesmo tempo em que induz a uma visão invertida da desigualdade, estabelece uma mudança profunda e regressiva na concepção republicana de educação básica, pública, gratuita, universal e laica. A educação escolar deixa de ser concebida como um direito social e subjetivo universal e, se é definida como investimento em capital (capital humano), passa a reger-se pelos critérios e leis mercantis.

Nota-se, entretanto, que a noção de capital humano foi produzida no contexto da especificidade da crise do sistema capitalista, na primeira metade do século XX, uma crise circunscrita a regiões e cíclica. Por isso, os políticos e intelectuais do sistema capitalista tinham a crença que de fato pela educação poderiam integrar a todos no mercado, ainda que de modo desigual, já que para eles a desigualdade resulta do não empenho dos pobres na gestão de suas vidas.

Na América Latina, a partir da década de 1970, instaurou-se, por alianças das burguesias locais com o imperialismo norte-americano, o ciclo das ditaduras empresariais militares. Tratava-se de torturar, matar ou, com melhor sorte, expurgar pelo exílio todos aqueles que, direta ou indiretamente, eram defensores de mudanças estruturais nas injustas e desiguais sociedades latino-americanas. Concomitantemente, procedeu-se às reformas educacionais sob o ideário da ideologia do capital humano. No Brasil, a ditadura civil militar efetivou reformas da pré-escola à pós-graduação, tendo o ideário do capital humano como concepção.

No momento em que a crise do sistema capitalista toma um caráter não mais cíclico nem regional, mas universal, global e contínuo, e não tendo mais o contraponto do socialismo, estabelece-se uma regressão nas relações sociais e na educação. A referência não é mais a sociedade e menos ainda a esfera pública, único espaço que pode garantir direitos universais. A referência agora é o mercado, para o qual não há direitos, mas competição e a lei do mais forte.

No plano das relações trabalhistas, trata-se de desmontar o poder dos sindicatos e anular as leis que davam alguma estabilidade e direitos aos trabalhadores. Flexibilizar as leis trabalhistas se constituiu em sinônimo de perda de direitos e superexploração e desemprego. No âmbito da educação, os novos pedagogos são intelectuais ligados aos organismos econômicos guardiões do capital: Organização Mundial do Comércio, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento.

No plano social e pedagógico, tratava-se de encontrar noções adequadas ao que se propalou ser um mundo de mudanças e de incertezas, quando na verdade é de uma insegurança produzida socialmente. Em vez de afirmar o direito ao emprego, numa sociedade em que já não há lugar para todos no mercado de trabalho, a regra é que cada indivíduo trate de produzir sua empregabilidade. Do mesmo modo, a ênfase não é mais a de adquirir uma determinada qualificação, pois esta está ligada ao emprego e a um conjunto de direitos contratuais e a sindicatos que zelam por eles, mas a uma formação por competências vinculadas ao mercado e referidas ao indivíduo.[6]

É a partir, sobretudo, das últimas décadas do século XX, que se afirma um processo de desmanche do setor público e da escola pública, como se protagonizou pelos homens de negócio e suas instituições e organizações empresaria.[7] Primeiramente, estimulando o mercado educacional, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Mas o desmanche deveria atingir a escola pública mediante a adoção dos critérios mercantis na sua gestão, na escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo e na definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar. A formação e a função docentes, como consequência, deveriam ser alteradas.

Este processo, no Brasil, foi largamente estimulado pela gestão do Ministro Paulo Renato de Souza e uma equipe, como ele, formada nos organismos internacionais, intelectuais coletivos do capital, e consolidou-se com a criação

[6] Para uma análise mais profunda da relação entre o aprofundamento de crise do sistema capitalista nos dois contextos sinalizados, ver: Frigotto (2015 e 2015).

[7] Sobre os reformadores empresariais da educação, ataque ao magistério e destruição do sistema púbico de educação, ver análise de Luiz Carlos de Freitas (2012).

de institutos privados e organizações sociais ligados a grupos empresariais reunidos em torno do programa "Todos pela Educação", leia-se, todos pela educação que convém ao mercado.

O passo necessário neste processo implicaria a mudança da função docente iniciando pelo ataque aos profissionais da educação, tirando-lhes a autonomia de ensinar, de educar e de avaliar. No mesmo processo, atacar as universidades públicas com a justificativa de que, ao incluírem em seus currículos de formação de professores de Economia, Sociologia, Filosofia, etc., ideologizam o que deve ser a formação docente – treinar para o ensinar. Sob a ideologia da neutralidade do conhecimento e da redução do papel da escola pública de apenas instruir, esconde-se a privatização do pensamento e a tese de que é apenas válida a interpretação dada pela ciência da classe detentora do capital.

Se o conhecimento científico tem como fim entender quais as determinações que produzem os fenômenos da natureza e os sociais, em sociedades cindidas em classes sociais com interesses conflitantes e antagônicos, as concepções de natureza e sociedade e de ser humano, os métodos de apreendê-las e os resultados que daí advêm não são neutros e, portanto, são políticos. Vale dizer, que afirmam ou se contrapõem aos interesses de determinada classe ou grupos sociais.[8]

O Escola sem Partido expressa o epílogo de um processo que quer estatuir uma lei que define o que é ciência e conhecimentos válidos, e que os professores só podem seguir a cartilha das conclusões e interpretações da ciência oficial, uma ciência supostamente não neutra. Para isso, manipula até mesmo o sentido liberal de política, induzindo a ideia de que a escola no Brasil estaria comandada por um partido político e seus profissionais e os alunos seres idiotas manipulados.

PARA CONCLUIR: O GOLPE, O ESCOLA SEM PARTIDO, A ESFINGE, O OVO DA SERPENTE, O ÓDIO E O ALARME

As considerações aqui expostas, ainda que esquemáticas, têm como foco assinalar que há uma relação orgânica e profunda entre as razões que colimaram no golpe jurídico, parlamentar, policial e midiático de 31/8/2016 no Brasil, e a afirmação de teses ultraconservadoras no plano social e político e na junção da política com moralismo fundamentalista religioso.

[8] Uma análise densa do sentido político prático dos conhecimentos produzidos por qualquer ciência, seja a ciência que busca desvelar o que está subjacente aos fatos, seja os que postulam que o seu conhecimento é neutro, o leitor encontra no ensaio "Ciência e Acção", de Henri Lefebvre (1966).

O núcleo nascente da esfinge e do ovo da serpente situa-se na forma mediante a qual o capital enfrenta sua crise no plano global e na particularidade das relações sociais em diferentes nações. Uma crise não mais cíclica, mas contínua, universal e global cada vez mais profunda. Para manter seus lucros tem que aumentar a desigualdade e as mais diferentes formas de violência, no limite pela eliminação de quem se opõe. Disto decorre a mudança de estratégias para legitimar a violência do Estado.

Em nome de combater o terrorismo, institui-se o Estado policial que, como assinala Agamben, tem antes que criminalizar o inimigo ou adversário, para condená-lo *a priori* e justificar sua condenação ou, no limite, eliminá-lo. Do campo da guerra e do terrorismo, avança-se na criminalização dos movimentos sociais, culturais, sindicais e políticos que se opõem à violência da desigualdade, exclusão de direitos e do pensar divergente. Daí deriva-se para o que é científico neutro e deve ser ensinado nas escolas. Aqui situa-se o enigma da esfinge na sua materialidade estrutural, todo o veneno que esconde o ovo da serpente e o sinal de alarme do que daí pode surgir.

É neste processo e neste tecido social, sob a ditadura do capital e do mercado, na particularidade da classe burguesa brasileira, colonizada e colonizadora, escravocrata, egoísta, elitista, violenta e cínica, que se organizou, desenvolveu e consumou o golpe contra soberania do voto popular e a institucionalidade democrática.

O que sustenta a violência do golpe se apresenta numa esfinge aparentemente menos voraz, a saber: um sistema jurídico parcial e alinhado dominantemente não na defesa da justiça, mas da lei produzida pela classe detentora do capital; um parlamento construído pelo poder econômico, no qual se inclui hoje o mercado religioso que explora a boa-fé, especialmente dos setores mais pobres, estes mantidos na ignorância pela negação da escola básica e pelo monopólio das corporações da mídia empresarial martelando e moendo os cérebros na construção de "verdades" que interessam às forças autoras do golpe.

A relação entre os mecanismos jurídicos formais que sustentaram e consumaram o golpe e as teses do Escola sem Partido de incriminar os docentes tem na **delação,** com base no arrependimento ou discordância moral, seu fundamento mais ardiloso e perverso, como realça a epígrafe deste texto. Mas "não há indício mais certo da ruína irreparável de toda a experiência ética que a confusão entre categorias ético-religiosas e conceitos jurídicos, que chegou hoje ao paroxismo". (Agamben, 2015, p.117)

Teria sido ingenuidade ou mera coincidência que a maioria absoluta de deputados que aprovaram a abertura do processo de *impeachment* invocou,

invariavelmente, Deus e a família? Também não é mera coincidência nem expressão meramente individual da advogada de acusação no processo de *impeachment*, Janaína Paschoal, mas de grupos que se ampliam em nosso país: "Deus que fez com que várias pessoas, ao mesmo tempo, cada uma na sua competência, percebessem o que estava acontecendo com nosso país e conferisse a essas pessoas coragem pra se levantarem e fazerem alguma coisa a respeito".[9]

A junção das teses dos arautos do fundamentalismo do mercado e do fundamentalismo religioso, se transformadas em legislação, como está correndo, constituirá o lado mais voraz da esfinge que se alastra na sociedade e não apenas na escola. Escola sem Partido avança num território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde.

O que propugna o Escola sem Partido não liquida somente a função docente, no que a define substantivamente e que não se reduz a ensinar o que está em manuais ou apostilas, cujo propósito é de formar consumidores. A função docente no ato de ensinar tem implícito o ato de educar. Trata-se de, pelo confronto de visões de mundo, de concepções científicas e de métodos pedagógicos, desenvolver a capacidade de ler criticamente a realidade e constituírem-se sujeitos autônomos. A pedagogia da confiança e do diálogo crítico é substituída pelo estabelecimento de uma nova função: estimular os alunos e seus pais a se tornarem delatores.

Ao por entre aspas o termo "sem" da denominação Escola sem Partido, quer-se sublinhar que, ao contrário, trata-se da defesa, por seus arautos, da escola do partido absoluto e único: partido da intolerância com as diferentes ou antagônicas visões de mundo, de conhecimento, de educação, de justiça, de liberdade; partido, portanto, da xenofobia nas suas diferentes facetas: de gênero, de etnia, da pobreza e dos pobres etc.. Um partido que ameaça os fundamentos da liberdade e da democracia. Duas expressões, ícones nas redes de internet, mas construídas de forma subliminar pela mídia empresarial, condensam preconceito, ódio e a indicação de liquidar o outro, indivíduo ou instituição: *mortadelas* e *petralhas*. Mortadela sintetiza o preconceito e o rancor contra o povo simples e pobre, entendido como estorvo e ameaça. Petralhas, mais do que a extinção do Partido dos Trabalhadores (PT), indica o desejo de exter-

[9] Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/impeachment-duelo-juridico-tem-choro-deus-ditadura-e-lulopetismo>. Acesso em: 10/11/2016.

mínio do pensamento crítico e das instituições, grupos sociais e indivíduos que lutam por justiça e igualdade social caracterizando-os como bandidos.

Na crônica "Ódio", Luis Fernando Verissimo vai ao que está subjacente ao PT:

> O antipetismo começou com o PT, o ódio ao PT nasceu antes do PT. Está no DNA da classe dominante brasileira, que historicamente derruba, pelas armas se for preciso, toda ameaça ao seu domínio, seja qual for sua sigla.
> É inútil tentar debater com o ódio exemplificado pela reação à entrevista do Jô e argumentar que, em alguns aspectos, o PT justificou-se no poder. Distribuiu renda, tirou gente da miséria e diminuiu um pouco a desigualdade social — feito que, pelo menos pra mim, entra como crédito na contabilidade moral de qualquer governo. *O argumento seria inútil porque são justamente estas conquistas que revoltam o conservadorismo raivoso, para o qual "justiça social" virou uma senha do inimigo.*[10] [grifos meus]

E na crônica "O alarme", também de Luiz Fernando Veríssimo, explicita-se o sentido deste clima de ódio do conservadorismo brasileiro. Um sinal ronda sobre nossas cabeças como o monólito observado pelos astronautas no filme de Stanley Kubrick, "2001- Uma Odisseia no Espaço":

> Pode-se especular sobre qual seria esse momento para um judeu na Alemanha, nas primeiras manifestações do nazismo, por exemplo. Seria a pregação racista do partido, mesmo antes de assumir o poder? Seria o que já se sabia do pensamento de Hitler e outros teóricos do fascismo? Qual o exato instante em que este hipotético judeu se convenceu de que era preciso fugir do holocausto que se aproximava?
> Para muitos, o aviso nunca veio, ou veio tarde. Muitos não acreditaram que o nazismo chegaria ao poder e depois aos seus excessos. E pagaram por não reconhecer o momento. Demorou algum tempo para que o resto do mundo se desse conta do que estava acontecendo na Alemanha nazista. O fascismo foi visto como um bem-vindo antídoto para a ameaça comunista (...). Na falta de uma sentinela para nos alertar que os bárbaros estão

[10] VERISSIMO, Luiz Fernando. "Ódio". *O Globo*, 25/6/2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/opiniao/odio-16546533#ixzz3eAZnOCwa>. Acesso em: 10/11/2016.

> tomando conta, resta confiar no nosso instinto. Quando chegará o momento em que nos convenceremos de que isto aqui não tem jeito mesmo e a procurar uma saída? Será que o momento já veio e já foi e nós não notamos ?[11]

As teses do Escola sem Partido têm sua elaboração e desenvolvimento em setores cada vez mais amplos das forças que construíram e consumaram o golpe jurídico, parlamentar e midiático de 31/8/2016. Alguns de seus sinais já estão tendo efeitos práticos na sociedade e na escola, sob o signo do medo e da violência.

Antes que a esfinge se torne indecifrável e nos devore, cabe acumular energia intelectual e ética e organização política coletiva para, sem medo como fez Édipo da lenda da esfinge, confrontá-la e derrotá-la. Uma tarefa necessária para que haja futuro humanamente suportável em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Meios sem fim*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

FREITAS, Luiz Carlos de. Os reformadores empresários da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. In: *Educação e Sociedade*, v.33, n.119. Campinas, abr.-jun. 2012, p.379-404.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. *Educação e crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2015.

LEFEBVRE, Henri. Ciência e acção. In:_____. *Para compreender o pensamento de Marx*. Lisboa: Edições 70,1966, p.41-52.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

[11] Ver: VERISSIMO, Luis Fernando. “O alarme”. *O Estado de S.Paulo,* 20/2/2014. Disponível em: <http://cultura.estadao.com.br/noticias/geral,o-alarme-imp-,1132327/>. Acesso em: 10/11/2016.

OLIVEIRA, Francisco de. Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal. In: OLIVEIRA, Francisco de; e PAOLI, Maria Célia. (Orgs.) *Os sentidos da democracia. Políticas do dissenso e hegemonia global*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: NEDIC/FAPESP, 1999, p.55-82.

_____. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco.* São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Entrevista concedida a Fernando Haddad e Leda Paulani. In: *Revista Reportagem*, n.41, São Paulo, fev. 2003.

PIKETTY, Thomas. *O capital do s*éculo XXI. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

SCHULTZ, Theodoro. *O valor econômico da educação.* Rio de Janeiro: Zahar, 1962.

_____. *Capital humano*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador.* São Paulo: Cia. das Letras, 2012.